

MANDADO DE SEGURANÇA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ____ VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA
DE _____

Impetrante: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

Documento de Identidade (RG): _____

CPF: _____

Endereço completo: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

Autoridade Coatora: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Endereço: Agência da Previdência Social de _____

Município: _____

Objeto: Mandado de Segurança com pedido liminar contra ato ilegal e abusivo praticado pela autoridade coatora no âmbito do INSS.

I – DOS FATOS

O Impetrante é segurado do Regime Geral de Previdência Social, conforme documentos anexos, e teve seu direito previdenciário negado indevidamente pela autoridade coatora, que indeferiu o benefício de _____.

O ato administrativo atacado é ilegal, pois contraria expressamente a legislação previdenciária e os princípios constitucionais que asseguram o direito ao benefício.

II – DO DIREITO

O presente Mandado de Segurança encontra amparo no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal, que assegura a proteção judicial contra ilegalidade ou abuso de poder por autoridade pública.

O benefício requerido pelo Impetrante encontra respaldo nos artigos _____ da Lei nº 8.213/91 e demais normas regulamentares, que garantem o direito ao benefício previdenciário pleiteado.

O ato da autoridade coatora viola frontalmente os princípios da legalidade, da razoabilidade, e da dignidade da pessoa humana, previstos no artigo 1º, incisos III e IV, da Constituição

Federal.

III – DO PEDIDO LIMINAR

Requer o Impetrante, com fulcro no artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/09, a concessão de medida liminar para suspender imediatamente os efeitos do ato ilegal que indeferiu o benefício previdenciário, garantindo o restabelecimento do direito do Impetrante enquanto perdurar a demanda.

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

1. A concessão da medida liminar para suspender o ato da autoridade coatora;
2. A notificação da autoridade coatora para prestar informações no prazo legal;
3. A intimação do representante do Ministério Público para acompanhar o feito;
4. Ao final, a concessão da segurança para anular o ato ilegal e assegurar o direito do Impetrante ao benefício previdenciário requerido;
5. A condenação da autoridade coatora ao pagamento das custas e demais cominações legais;
6. A produção de todas as provas admitidas em direito, especialmente documental e pericial, se necessário.

V – DOS DOCUMENTOS ANEXADOS

Em anexo, seguem documentos indispensáveis à comprovação do direito do Impetrante:

- Cópia do documento de identidade e CPF;
- Comprovante de residência;
- Documentos que comprovam a condição de segurado do INSS;
- Cópia do ato administrativo impugnado;
- Procuração ad judícia;
- Outros documentos relevantes ao caso.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____
Local Data

Impetrante ou Advogado(a)

OAB/___ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-modelo.com/mandado-de-seguranca-contr-o-inss/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-modelos.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.